

UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE A PARTIR DA TEORIA DO DISCURSO POLÍTICO

Felipe Amaral Borges (ICEAC/FURG)

Lucas Casagrande (EA/UFRGS)

Em primeiro lugar, não podemos esconder o choque que nos assola escrever, para um evento acadêmico em contexto latino-americano um trabalho sobre a ascensão de um movimento conservador e reacionário na América Latina pós-redemocratização. Parte desta surpresa repousa, sem dúvida, no fato de propormos o uso de uma teoria calcada na apresentação das razões de ser de um populismo identificado com o campesinato e com um questionamento às estruturas de poder estabelecidas em torno de uma burguesia industrial emergente, para explicarmos o fenômeno de uma liderança populista e carismática representativa de forças conservadoras e de uma elite burguesa-militar.

A guinada à direita autoritária, ocorrida no Brasil, mas também em toda América Latina, parece seguir uma onda mundial. Por um lado, gera surpresa isso ocorrer justamente após um período das esquerdas (ou centro-esquerdas) no Brasil, na Argentina, no Chile, no Uruguai, na Bolívia, terem liderado tais países com algum grau de sucesso econômico. Por outro lado, gera ainda mais surpresa que a guinada autoritária ocorra concomitante à mudança de foco dos espaços de mídia, justamente quando as grandes emissoras e grandes redes de difusão cedem espaço à Internet.

Para tanto, as concepções teóricas de Ernesto Laclau nos parecem sobremaneira eficazes para a compreensão do fenômeno colocado. Muito longe de buscarmos “saídas” ou “alternativas” – muito embora as consideremos urgentes e necessárias – nos colocamos aqui na posição da coruja de Minerva, que alça seu vôo ao anoitecer e procura nos contar os acontecimentos do dia. Ainda que o trabalho não seja desposicionado nem tampouco isento, procuramos compreender quais demandas parecem estar mobilizadas em torno das identidades que compõe este bloco precário e contingente que se articula sob o nome de Movimento Brasil Livre – MBL. Escolhemos analisar este grupo pela sua relevância na guinada autoritária do Brasil. As coletas e análises foram realizadas no período de campanha eleitoral, e não consideram a efetiva eleição do candidato apoiado pelo MBL, nem suas posições pós-eleições.

Não estamos certos que o grupo, efetivamente, tenha sido responsável pela guinada -- ou se é um ícone da mesma. De qualquer forma, o mesmo concentrou grande parte dos esforços da extrema-direita autoritária sob uma suposta égide de ‘liberalismo’. O MBL surgiu no final de 2014 a partir de uma pequena manifestação em São Paulo a favor da força-tarefa Lava Jato. O movimento cresceu no ano seguinte com a pauta do *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff. No entanto, o início das manifestações em prol do golpe se

deu por um movimento chamado “Revoltados *On Line*”, que foi perdendo relevância na medida em que o MBL e o movimento Vem Pra Rua tomavam vulto (PAVARIN, 2017).

Com o sucesso das mobilizações em prol do *impeachment*, a favor da prisão do ex-presidente Lula e da força-tarefa Lava Jato, o MBL passa a se tornar um espaço relevante. Uma vez derrubada Dilma, o MBL passou a assumir uma postura próxima ao governo, atuando como uma espécie de linha dura do mesmo. Apoiou ativamente a pauta mais polêmica do presidente empossado, a PEC 241/55. Tal emenda constitucional gerou um teto de gastos para o governo por vinte anos, no que, de acordo com The Guardian (2018) a ONU considerou como um grande ataque aos pobres do país.

Mas para além de pautas bem sucedidas, como o impeachment e a PEC 241/55, o MBL demanda questões ainda mais draconianas. Atuou (e atua ainda) contra o projeto de lei que gera punições em casos de abuso de autoridade. É a favor de atribuir mais poderes ao Ministério Público (que atua no Brasil como os acusadores em um processo criminal). Atua, também, na defesa do projeto “Escola Sem Partido”, que visa criar uma legislação que proíba professores de proferirem opiniões políticas em sala de aula (MOVIMENTO BRASIL LIVRE, 2017).

Frisamos que a escolha do MBL como objeto de análise ensaística não é devido a este ser único no panorama político brasileiro, mas sim a ter se tornado relevante na mídia, em especial nos meios digitais. Aqui, adotamos uma abordagem laclauiana, pois a mesma nos parece adequada desde suas concepções expostas em *Hegemony and Socialist Strategy* (1985), em que o autor – tributário de Derrida, Heidegger e Lacan – reconfigura a compreensão marxista sobre a política e a sociedade. Apontando a insuficiência explicativa das categorias de *classe* fundamentadas nas posições dos sujeitos nas relações de produção, Laclau e Mouffe deslocam o foco para “posições de sujeito” como gênero e raça. Tais posições são constituídas discursivamente, de forma precária e contingente, e portanto, a questão do discurso se torna fundamental e, como prática social, articula dimensões linguísticas e não linguísticas. (LOPES; MENDONÇA, 2013)

Por outro lado, o populismo, conforme compreendido por Laclau (2013), longe de sua pecha pejorativa, ganha dimensões de articulação política. Sua compreensão histórica denota a construção discursiva da categoria “povo” e a articulação, em seu interior, de diferentes demandas capazes de nomear o “povo” contra seu inimigo. Notadamente, e em consonância com toda a herança pós-estruturalista, o “povo” não é identidade fixa ou constituída a priori, mas decorrência a articulação das demandas construídas na relação com o outro.

1. CECI N'EST PAS UN PEUPLE

Ernesto Laclau se dedica a redefinir o populismo (oferecendo uma “visão inovadora”, nas palavras de Alice Casimiro Lopes e Daniel de Mendonça) ao identificar as insuficiências das abordagens do tema no interior da ciência política. Segundo ele, tais limitações se devem aos instrumentos ontológicos empregados na abordagem da questão, notadamente fundamentos em concepções totalizadoras da experiência política.

O populismo envolve a articulação de diferentes projetos políticos em um sistema de significação, necessitando que esta posição seja compatível com ambos (ou todos) os projetos ali articulados. Laclau e Mouffe (2001) resolvem esta condição a partir da identificação de **significantes vazios**.

Para conceber uma nova abordagem ao populismo, há que se tomar alguns dos termos pejorativos usados na sua descrição e dotá-los de literalidade. Assim, as ditas “vagueza” e “indeterminação”, bem como a concepção do populismo como uma forma de retórica, devem ser levadas ao extremo e assumidas positivamente.

Isto é, em vez de contrapor “vagueza” a uma lógica política madura, governada por um alto grau de determinação institucional precisa, deveríamos começar a colocar para nós mesmos um conjunto mais básico e diferente de perguntas: a “vagueza” dos discursos populistas não é consequência da própria realidade social que, em algumas situações, é vaga e indeterminada? Nesse caso, “o populismo, mais do que uma tosca operação política e ideológica, não seria um ato performativo dotado de racionalidade própria, isto é, em determinadas situações a vagueza não seria condição para a construção de significados políticos relevantes”? (LACLAU, 2013. p. 53)

A partir da frequente argumentação de que o populismo “simplifica” o espaço político, Laclau (2013) reconhece que a dicotomização da política (entre Perón e Braden, por exemplo) conduz à articulação das demandas em torno e dois pólos *necessariamente antagônicos*. Esta é a mesma dicotomia que se dá entre trabalhadores *versus* exploradores, oligarquia *versus* povo – ou, particularmente interessante para o presente trabalho, direita *versus* esquerda.

Ora, diante da evidente insuficiência de tais termos, diante da limitação da significação usual (nunca *original*) de tais termos, todas as singularidades sociais tendem a agrupar-se em torno destes dois pólos. Assim, a imprecisão e a vagueza dos termos é condição para a ação política articulada. É o necessário esvaziamento do significado dos termos que possibilita a articulação, o agrupamento, em seu interior, de diferentes demandas que são – de forma precária e contingente – representadas pelo significante.

Figura 1: Povo é o que se quer que seja.



Aqui aparece a categoria “o povo”. Talvez esse seja um dos significantes mais esvaziados. Nesta imagem, “o povo” figura como uma identidade que deseja e apóia a intervenção militar no Rio de Janeiro. Além disso – uma vez que a justificativa do partido é a proteção dos direitos humanos – a reportagem tenta opor “o povo” e “os humanos” cujos direitos são defendidos. No discurso deles, os direitos humanos protegem os criminosos, enquanto “o povo” fica desprotegido e precisaria dos militares.

Deste modo, apenas com a compreensão da categoria “povo” como um significante esvaziado de qualquer sentido *a priori*, comportando em seu interior um grande número de significações, se poderá compreender o populismo libertado das categorias tradicionais.

Somente num mundo impossível – no qual os políticos teriam sido inteiramente substituídos pela administração, no qual uma engenharia estruturada gradualmente, ao lidar com diferenças particularizadas, teria eliminado totalmente dicotomias antagônicas – é que verificaríamos que a “imprecisão” e a “simplificação” teriam sido realmente erradicadas da esfera pública [...] (LACLAU, 2013. p. 54)

Laclau desenvolve o tema em seu livro *Emancipations*, e define: “Um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado.” (p. 67)

Pode parecer paradoxal falarmos em um significante sem significado. Este seria, portanto, apenas um “nome”, uma sequência de sons desprovida de função significativa, para qual a denominação seria excessiva. A única forma de esta sucessão de sons

retomar a sua posição de significância se daria por meio de um processo que subverta tal signo. (LACLAU, 2011).

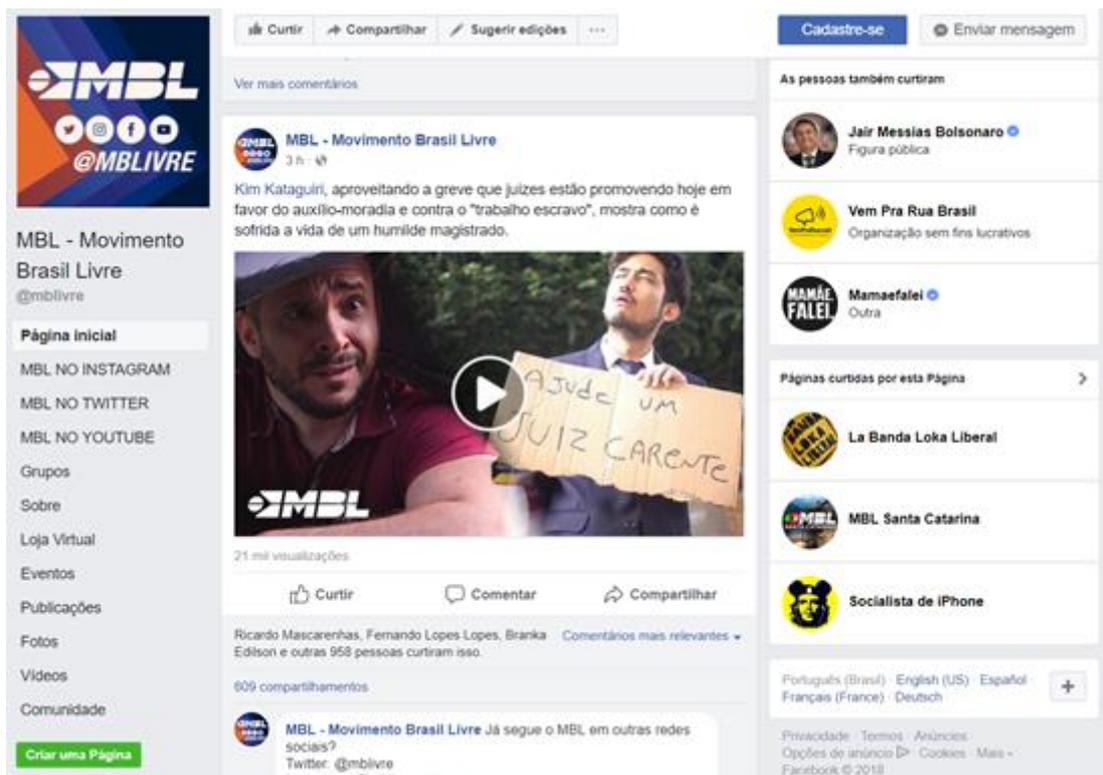
Laclau (2011) alerta para que não incorramos no erro de considerar o significante vazio como um significante com muitos significados, a depender do contexto. Por esta ótica, em cada contexto aquele nome adquire uma significação distinta e plena. Outro erro seria o de considerar o significante como ambíguo, com uma significação flutuante, não se podendo defini-la plenamente. Embora viável, esta característica de flutuação não faria do significante vazio. Em outras palavras,

não enfrentamos um excesso [pela significação distinta em cada contexto] ou uma deficiência de significações [não plena, flutuante], mas a exata possibilidade teórica de algo que aponte, do interior do processo de significação, a presença discursiva de seus próprios limites.

O populismo é, ainda, pejorativamente, descrito como “mera retórica”. Também esta característica deve ser extrapolada e positivada para um novo entendimento do populismo. Consideremos, portanto, a retórica como parte da lógica da construção discursiva de identidades políticas, mecanismos “inerentes à lógica que preside a constituição e a dissolução de *qualquer* espaço político”. (LACLAU, 2013. p. 55)

Ao compreendermos a ideia de *formação discursiva*, torna-se mais clara a aparente imprecisão ou a superficialidade retórica do discurso. Uma formação discursiva representa um conjunto de discursos que, embora esteja articulado por meio de uma *lógica de equivalência*, é heterogêneo. Ainda assim, encontra-se hegemônica dentro de uma pluralidade, embora não seja fechada em si mesma, não se constitua como um bloco homogêneo.

Figura 2: Na busca de pautas unânimes



Na imagem acima, percebe-se que o antagonismo não se concentra somente contra a esquerda, mas contra qualquer tentativa de regulamentação (do trabalho análogo à escravidão, no caso), funcionando a greve dos magistrados como um significante esvaziado. O tema do auxílio-moradia é aglutinador de oposições de diferentes posições – não só dos “liberais”, ou tampouco “de esquerda” – figurando, assim, como ponto nodal em torno do qual se articulam estas diferentes identidades. Contudo, serve esta lógica de equivalência (os discursos são esvaziados do seu conteúdo original e passam a se equivaler, em determinado ponto) como disseminadora das mensagens, da imagem e da força do MBL.

2. DIREITA E ESQUERDA SÃO O QUE SE QUEIRA QUE SEJAM

O não fechamento, a não-decisão (DERRIDA, 1967) implica que sejam, todos os fenômenos sociais, *sobredeterminados* (BURITY, 2008). Não tem, portanto, uma única forma de explicação, de abordagem ou de descrição, não podendo ser reduzidos a relações de causa e efeito. Isto porque, na efetivação de dado fenômeno social, estão implicadas diversas bases para a construção daqueles acontecimentos. “Construção discursiva daqueles acontecimentos. Construção política dos acontecimentos, o que significa a mesma coisa.” (BURITY, 2008. p. 42).

O discurso, enquanto sistema de significação, não é, portanto, um conjunto homogêneo, mas um conglomerado de significações distintas, articuladas entre si. O discurso permite, também, pois, diferentes abordagens (no sentido de aproximação, de acesso), diferentes explicações, não sendo fechado em si mesmo. Compreender o discurso desta forma, exige que eu o compreenda no campo do indecível, que me permita a não-totalização, que não espere a existência de um centro significativo. (DERRIDA, 1967).

Laclau e Mouffe (1987) exemplificam a sua concepção de discurso:

Voltando-nos para o próprio termo discurso, podemos usá-lo para enfatizar o fato de que toda configuração social é significativa. Se eu chutar um objeto esférico na rua ou se eu chutar uma bola em um jogo de futebol, o fato físico é o mesmo, mas o seu significado é diferente. O objeto é uma bola de futebol apenas na medida em que estabelece um sistema de relações com outros objetos, e essas relações não são dadas pela mera materialidade referencial dos objetos, mas são, ao contrário, socialmente construídas. Este conjunto sistemático de relações é o que chamamos discurso. (LACLAU, MOUFFE, 1987, p. 82, em tradução nossa).¹

O discurso, portanto, está no campo da prática, da ordem dos acontecimentos. Ordem, contudo, que não representa homogeneidade, senão regularidade da dispersão, como explica Burity (2008), citando Foucault. A observação detalhada desta formação discursiva evidencia sua heterogeneidade, a presença de diferentes forças articuladas em torno de um discurso. Assim, é importante frisar que o discurso se dá na sua imanência, no próprio corpo. Não se trata aqui de lidar com o discurso enquanto uma formação meramente linguística.

O discurso não é, em absoluto, uma sequência de palavras ou um conjunto de textos. “Não se pode pensar em discurso como uma operação mental, ideal, em oposição à ação ou à realidade fenomênica”. (MENDONÇA, 2008, p. 59) Não há distinção entre discurso e prática. (MENDONÇA, 2003) A abordagem do discurso na teoria laclauiana incorpora tanto as operações linguísticas quanto as extra-linguísticas. O discurso não se baseia no que contém a fala ou a escrita, mas contém a fala e a escrita. “O discurso constitui relações sociais, na medida em que estas são significativas em termos discursivos.” (MENDONÇA, 2008, p. 60)

Para Laclau e Mouffe (2001)

¹ Turning to the term discourse itself, we use it to emphasize the fact that every social configuration is *meaningful*. If I kick a spherical object in the street or if I kick a ball in a football match, the *physical* fact is the same, but *its meaning* is different. The object is a football only to the extent that it establishes a system of relations with other objects, and these relations are not given by the mere referential materiality of the objects, but are, rather, socially constructed. This systematic set of relations is what we call discourse. (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 82)

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não-discursivas. Ela afirma: a) que cada objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora de todas as condições discursivas de emergência, e b) que qualquer distinção entre o que são usualmente chamados os aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social, ou é uma distinção incorreta ou deveria encontrar o seu lugar como uma diferenciação dentro da produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas. (LACLAU; MOUFFE, 2001, p.107, em tradução nossa).²

Segundo Howarth e Stravakakis (2000), o foco da teoria do discurso é a forma como algumas práticas sociais articulam e contestam os discursos que constituem a realidade social. De acordo com os autores, isso é possível porque os sistemas de significação são contingentes e nunca se esgotam completamente no campo discursivo. *Discursivo* pode ser compreendido como o horizonte teórico em que se constituem os objetivos do discurso. Assim, *todos os objetos* são objetos do discurso, cuja significação depende de um sistema socialmente construído de regras e diferenças significativas. Já o *discurso* é compreendido como sistema de significação que forma a identidade dos sujeitos e objetos.

Concretamente, o *discurso* é o sistema de práticas e relações sociais, intrinsecamente políticas, cuja formação é um ato de instituição radical, envolvendo a formação de antagonismos e delineando as fronteiras políticas entre os “*insiders*” e os “*outsiders*” (HOWARTH; STRAVAKAKIS, 2000), entre aqueles que estão no interior do sistema de significação e aqueles que estão para além das fronteiras deste sistema.

Isso é evidente no vídeo de capa do MBL, onde o movimento se coloca como um grupo insurgente que visa transformar o Brasil contra “eles”. Eles, no caso, é a esquerda (esvaziada de conteúdo), os comunistas (esvaziados também) e os petistas (significante que possui um significado alterado para “corruptos” na acepção moral). A dicotomia entre *insiders* e *outsiders* é tão clara que qualquer ideia que não corrobore o discurso autoritário do movimento é ilustrada enquanto um “câncer” e seus defensores são chamados de “inimigos”. Se cria os significados de esquerda enquanto “corrupta”, “pedófila”, violenta, anti-democrática, perdulária e anacrônica. Dessa forma, a esquerda apresentada pelo vídeo nada mais é do que a personificação do mal.

O vídeo seguinte, veiculado logo abaixo em sua página de internet cria uma separação entre a realidade e um “espetáculo”. No vídeo, vemos uma espécie de Morpheus

² Our analysis rejects the distinction between discursive and non-discursive practices. It affirms: a) that every object is constituted as an object of discourse, insofar as no object is given outside every discursive condition of emergence; and b) that any distinction between what are usually called the linguistic and behavioral aspects of a social practice, is either an incorrect distinction or ought to find its place as a differentiation within the social production of meaning, which is structured under the form of discursive totalities. (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 107)

do Matrix oferecendo a possibilidade ao espectador de sair do “espetáculo” e perceber a “realidade”. Esta, por sua vez, lhe proporcionará conhecer A VERDADE, e lhe renderá alcunhas como a de fascista, diz o personagem.

De fato, é impossível imaginar um movimento fascista sem que haja uma crença em uma determinada verdade. O essencialismo³ é, neste sentido, a base epistemológica de toda e qualquer prática fascista. Para que possamos incorporar a ideia de que todos os seres devem seguir uma doutrina única, uma ordem do discurso única, devemos crer que a verdade é única. Dessa forma, conforme salienta Nietzsche (1980) a ideia da verdade é a base para criação de um discurso que se pretenda único. Como já notamos, o discurso é corpóreo, ou seja, se dá na imanência. Por isso, nos avisava o filósofo bigodudo, vontade de verdade é vontade de poder -- e pretender a verdade é pretender a uma hegemonia plena.

Da mesma forma que o poder é relacional - ele só pode se dar sobre o outro - a linguagem também o é. Conforme salientava Nietzsche, a vontade de poder só pode existir na sua contraposição com outra vontade de poder. Dessa forma, a dominação só ocorre em um processo de vencer a resistência alheia, de submeter a vontade alheia a sua.

Para aclarar a compreensão dos conceitos, Laclau recorre a Saussure ao recordar que a língua, e todo sistema de significação é um sistema de diferenças, e que as identidades ou valores são puramente relacionais. Assim, qualquer conceito é a negação de todo o restante. No mesmo sentido, Howarth (2000) afirma que a “linguagem compreende um sistema de formas linguísticas e conceituais cujas identidades não são fixadas pela referência a objetos no mundo, mas por suas diferenças internas .” (p. 20, tradução nossa).

Ainda, embora para Saussure a função da linguagem não seja simplesmente a de nomear objetos, Howarth (2000) afirma que um princípio chave em sua teoria consiste na arbitrariedade do signo, não existindo uma relação natural entre significante e significado. O processo de significação, no entanto, ocorre no interior do próprio sistema de linguagem, nenhum objeto é preexistente, todos dependem da significação atribuída pelo sistema de linguagem. E, para Laclau (2011), se a possibilidade de significação está no sistema, a verdadeira possibilidade é a de seus limites.

Acrescento a definição de Mendonça (2007), para quem os significantes são esvaziados quando um discurso universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata. Tal fenômeno ocorre quando a expansão de uma cadeia de equivalência é tão grande que a prática articulatória expande em muito a agregação de elementos a um dado discurso.

3 Não estamos afirmando que o essencialismo é necessariamente fascista, mas sim o contrário.

Assim, um discurso que consegue articular outros em torno de si exerce uma função de representação (MENDONÇA, 2007), pela qual qual um representante “substitui” e simultaneamente “encarna” o representado. (LACLAU, 2011)

Figura 3: A Esquerda esvaziada e preenchida



A esquerda como significante vazio. A lógica da diferença operando para criar um antagonismo entre “nós e eles”.

Elementos que antes se encontravam desarticulados, alinham-se na formação de momentos diferenciais (MENDONÇA, 2003) que alteram as identidades daqueles que estão no interior deste sistema de significação. Por mais que os partidos de esquerda tivessem uma relação com o movimento sindical, a produção desta identificação, no caso acima, é fruto da articulação que totaliza a significação. A totalidade que resulta desta prática articulatória é o discurso.

“E essa universalização dos conteúdos incorporados por um significante vazio tende a provocar uma situação de maior reconhecimento de diferenças num espectro democrático tendente à universalização.” (MENDONÇA, 2003. P. 143).

Aqui, cabe acrescentar a conclusão de Mendonça (2003):

Como vimos, o conteúdo de um discurso tende à universalização. A cada elemento articulado numa cadeia de equivalências, mais o discurso universaliza seus conteúdos. Ocorre que o paradoxo universal-particular surge nesse ponto com extrema força se

considerarmos que não só os conteúdos da cadeia discursiva como um todo universalizam-se, mas os conteúdos das próprias particularidades podem tornar-se cada vez mais universalizados, de modo que, no limite, o particular pode ceder todo o seu conteúdo e tornar-se universal. (MENDONÇA, 2003. P. 143).

Em consonância, Howarth e Stravakakis (2000) afirmam que a teoria do discurso tem o foco na análise da forma como se articulam práticas sociais na contestação dos discursos hegemônicos. Ora, não é difícil perceber a necessidade do MBL (e outros movimentos que se alinharam na disputa eleitoral) de romper a dominância da esquerda no cenário político nacional. Para tanto, a construção de cadeias discursivas de equivalência foi fundamental, alinhando, em torno de determinados significantes direitistas tradicionais, liberais conservadores, extremistas religiosos, militaristas, entre outros. Apagam-se as diferenças entre estes grupos em nome de uma equivalência exterior.

As categorias da teoria do discurso laclauiana são mobilizadas aqui numa tentativa de compreender a articulação dos discursos de uma “nova direita” – com toda a insuficiência que o termo comporta – em torno de determinados significados.

3. CONSIDERAÇÕES AO FIM

Aqui, ainda em forma incipiente, analisamos o MBL e seu discurso sob uma ótica laclauiana. Parece-nos ser o objeto perfeito ao ferramental teórico ideal: um grupo político que foca suas atividades na comunicação e se ampara em conceitos esvaziados, em significantes vazios. Em adição a isso, toda a movimentação do MBL surge em um momento profundamente populista do Brasil: a emergência de uma movimentação política que visa falar em nome de uma categoria de povo que não existe senão no imaginário conservador.

Esses dois pontos, o populismo e os significantes vazios, andam juntos quando analisados no MBL. É necessário que se torne amplo um conceito por meio de seu esvaziamento. Mas, para que tal esvaziamento ocorra, é necessário que se torne o ideário e a identidade social vagas. Essa vagueza é necessária para que o populismo floresça sob uma lógica de identificação das massas com algo que, embora não seja exato, seja identificável. Para que isso ocorra, a construção de significantes vazios torna-se necessária: seja o povo (“nós”), seja a esquerda (“eles”).

Essa formação conceitual não é mero discurso no sentido meramente linguístico: é discurso que forma práticas, é a relação social sendo formada por meio do que passa a ser aceito e o que passar a não ser aceito. O discurso é imanente, é concreto, é material. Não se trata de uma categoria alheia aos acontecimentos. Neste sentido, o MBL não é só um grupo de comunicação, mas eminentemente um grupo político engajado na alteração do país por

meio de práticas populistas. Embora não contemplado aqui, o resultado das eleições brasileiras confirmou o papel definidor do MBL na estruturação do campo político do país.

REFERÊNCIAS

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Pós- Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: Edupucrs, 2008. Cap. 2, p. 35-51.

DERRIDA, Jacques. A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva, 1967.

GUARDIAN, The. Brazil's austerity package decried by UN as attack on poor people. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/dec/09/brazil-austerity-cuts-un-official#img-1>>. Data de acesso: 12 de jan de 2018.

HOWARTH, D.. Discourse. London: McGraw Hill, 2000.

HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A.; STAVRAKAKIS, Y. Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change. Manchester: Manchester University Press, 2000.

LACLAU, E. A razão populista. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, E. Emancipação e diferença. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

LACLAU, E., MOUFFE, C. Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics. 2.ed. London, New York: Verso, 2001.

LOPES, A. C.; MENDONÇA, D.. O populismo na visão inovadora de Laclau. In: MENDONÇA, D. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. In: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. Pós- Estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: Edupucrs, 2008. Cap. 2, p. 35-51.

MENDONÇA, D. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria política do discurso. Ver. Sociol. Polit. n.20, p.135-145. Curitiba: jun, 2003.

MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. Ciências Sociais Unisinos. v.43, n.3, setembro/dezembro, 2007.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Movimento_Brasil_Livre&oldid=50863224>. Acesso em: 28 dez. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. La voluntad de poder. Vol. 129. EDAF, 1980.

PAVARIN, Guilherme. O Ostracismo do Maior Revoltado Online. São Paulo: Piauí, 2017. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>> . Data de acesso: 12 de jan. de 2018.